



Estratégia
Concursos

5° SIMULADO

ALECE

TÉCNICO LEGISLATIVO
PÓS-EDITAL

Simulado Especial

5º Simulado ALE-CE

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da ALE-CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-27-06>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

100 coisas

É febre. Livros listando as cem coisas que você deve fazer antes de morrer, os cem lugares que você deve conhecer antes de morrer, os cem pratos que você deve provar antes de morrer. Primeiramente, me espanta o fato de toso terem a certeza absoluta de que você vai morrer. Eu prefiro encarar a morte como uma hipótese. Mas, no caso, de acontecer, serei obrigada mesmo a cumprir todas essas metas antes? Não dá para fechar por cinquenta em vez de cem?

Outro dia estava assistindo a um DVD promocional que também mostra, como imaginei, as cem coisas que a gente precisa porque precisa fazer antes de morrer. Me deu uma angústia, pois, das cem, eu fiz onze até agora. Falta muito ainda. Falta dirigir uma Ferrari, fazer um safári, frequentar uma praia de nudismo, comer algo exótico (um baiacu venenoso, por exemplo), visitar um vulcão ativo, correr uma maratona [...].

Se dependesse apenas da minha vontade, eu já teria um plano de ação esquematizado, mas quem fica com as crianças? Conseguirei cinco férias por ano? E quem patrocina essa brincadeira?

Hoje é dia de mais um sorteio da Mega-Sena. O prêmio está acumulado e cinquenta milhões de reais. A maioria das pessoas, quando perguntadas sobre o que fariam com a bolada, responde: pagar dívidas, comprar um apartamento, um carro, uma casa na serra, outra na praia, garantir a segurança dos filhos e guardar o resto para a velhice.

Normal. São desejos universais. Mas fica aqui um convite para sonhar com mais criatividade. Arranje uma dessas listas de cem coisas pra fazer e procure divertir-se com as opções [...]. Não pense tanto em comprar mas em viver.

Eu, que não apostei na Mega-Sena, por enquanto sigo com a minha lista de cem coisas a *evitar* antes de morrer. É divertido também, e bem mais fácil de realizar, nem precisa de dinheiro.

(Martha Medeiros)

01. De acordo com texto, o que indica a crítica da autora sobre as listas das “100 coisas” é:

- a) O fato de o prêmio da Mega-Sena estar acumulado
- b) Ter mesmo de cumprir todas as metas antes de morrer
- c) A certeza de que vai morrer
- d) Ter plano de ação esquematizado para realizar a lista
- e) Não ter apostado na Mega-Sena e seguir a lista de cem coisas a evitar

- 02.** A afirmativa “É febre” no início do texto, indica que há, no momento, na sociedade um(a)
- a) comportamento que atinge todas as pessoas.
 - b) epidemia para a qual não existe remédio.
 - c) sintoma disseminado na sociedade.
 - d) desejo que se alastra entre pessoas.
 - e) vírus a ser evitado.

03. Os vocábulos “caráter”, “intransferível” e “órgãos” são acentuados em decorrência da regra gramatical que classifica as palavras paroxítonas, como em:

- a) jôquei, álbuns e lápis
- b) ímã, café e túnel
- c) príncipe, lógico, máquina
- d) egoísta, régua, órfãos
- e) armazém, bíceps, raízes

04. O dilema com que se confronta a sociedade é “evidente, terrível e inevitável: colocaremos fim à humanidade ou a humanidade renunciará à guerra?”

No trecho acima, o sinal de dois-pontos empregado logo após “inevitável” introduz

- a) uma expressão de realce.
- b) uma enumeração.
- c) uma citação.
- d) uma exemplificação.
- e) um esclarecimento sobre o que foi dito.

05. No trecho “em idade posterior à dos jovens”, o emprego do sinal indicativo de crase se justifica pela

- a) regência de “posterior” e presença do artigo feminino antes da elipse de “idade”.
- b) expressão adverbial com nome feminino
- c) elipse do substantivo “idade”
- d) regência do adjetivo “posterior”
- e) regência do substantivo “idade”

06. No período “O procedimento em relação à separação de partes orgânicas destinadas a transplantes exige **que sua extração seja feita em prazo curto**” a oração em destaque exerce a função de

- a) complemento nominal
- b) objeto indireto.
- c) sujeito.
- d) objeto direto.
- e) aposto.

07. Há uma queixa recorrente dos professores de que os alunos leem pouco.

Com relação às propriedades linguísticas do trecho anterior, julgue o item a seguir.

Em relação às formas verbais “há” e “leem”:

- a) “há” é impessoal e “leem” concorda com “alunos”
- b) “há” concorda com “queixa” e “leem” concorda com “alunos”
- c) “há” e “leem” concordam com o sujeito “professores”
- d) “há” é impessoal e “leem” concorda com o “que”
- e) “há” e “leem” concordam com “alunos”

08. O efeito viral da internet, especialmente das mídias digitais, encarrega-se de dar vazão ao preceito da propaganda nazista, **de que** uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade

Assinale a opção correspondente a expressão ou termo que substitui corretamente o segmento destacado:

- a) do qual
- b) no qual
- c) cujo
- d) segundo o qual
- e) em cujo

09. É a primeira vez, desde a implantação do regime democrático, que a constituição é ameaçada.

No trecho anterior, o vocábulo “que” foi empregado como

- a) conjunção comparativa.
- b) Pronome indefinido
- c) pronome relativo.
- d) conjunção integrante.
- e) Interjeição.

10. Assinale a opção que apresenta oração na voz passiva.

- a) Os políticos foram muito vaiados pelo público.
- b) Apesar da forte correnteza, salvaram-se todos nadando.
- c) Na década passada, construíram muitos edifícios na praia.
- d) Durante o evento, as pessoas se cumprimentaram discretamente.
- e) O professor chorou após ter recebido as homenagens.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

11. A respeito da ferramenta de produção de Microsoft Word, marque a opção correta.

- a) Na guia Inserir podemos encontrar a opção Caixa de Texto, que permite ao usuário inserir no texto em edição trechos com formatações independentes da formatação do texto original.
- b) Na guia Inserir podemos encontrar a opção de WordArt, que permite ao usuário editar imagens e formas inseridas no documento em edição.
- c) Por ser uma ferramenta exclusiva para edição de textos o Word não possui recursos para inserir equações e símbolos matemáticos no texto em edição.
- d) Ao inserir cabeçalhos e rodapés no texto em edição, automaticamente o texto do cabeçalho se repetirá no rodapé.
- e) Por padrão, ao inserir Número de Página no texto em edição a numeração será localizada no rodapé da página.

12. Durante o processo de edição de planilhas no Excel, versão de instalação padrão em português, um usuário deseja operar uma função para eliminar as casas decimais de números após a vírgulas, sem que os valores sejam alterados. Para isso ele poderá utilizar a função:

- a) MÉDIA.
- b) SOMA.
- c) ARRED.
- d) TRUNCAR.
- e) SOMASE.

13. Sobre segurança da informação e técnicas de pragas maliciosas, assinale o item correto.

- a) Entre as operações de segurança por antispyswares e antivírus não existem semelhanças para encontrar malwares.
- b) Um sistema de segurança empregado por Firewall possui regras definidas, aceitando ou descartando os pacotes de dados que passam pela rede.
- c) Instalar um sistema de antivírus e mantê-lo atualizado é o suficiente para garantir a segurança de um computador.
- d) Vírus é um programa autossuficiente, capaz de se propagar automaticamente pela rede.
- e) Worm é um tipo específico de vírus, que pode capturar todo conteúdo digitado no computador.

14. Sobre características e recursos do Windows 7, assinale o item INCORRETO.

- a) Na área de trabalho do Windows 7 é possível armazenar arquivos e pastas e criar atalhos.
- b) Mesmo com atualizações constantes o Windows 7 não é imune a vírus de computador.
- c) O Windows 7 suporta a instalação e execução de programas com qualquer extensão existente.
- d) O Internet Explorer é o navegador padrão do Windows 7.
- e) O Windows 7 tem suporte nativo para operar em redes locais.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Ricardo Vale

15. No tocante à intervenção do Estado em seus municípios, estabelece a Constituição do Estado do Ceará que:

- a) Ela deverá ser concretizada mediante a edição de um decreto do governador, com a prévia aprovação da Assembleia Legislativa.
- b) O decreto de intervenção designará, obrigatoriamente, o interventor.
- c) Caso não esteja funcionando, a Assembleia Legislativa poderá ser convocada extraordinariamente, no prazo de 24 horas, para apreciar o decreto de intervenção.
- d) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a esses retornarão em no máximo 24 horas.
- e) Caso o nome do interventor seja rejeitado, caberá a escolha à Assembleia Legislativa.

16. Segundo o que determina a Constituição do Estado do Ceará acerca dos deputados estaduais, aponte a alternativa verdadeira:

- a) Os parlamentares estaduais dispõem de imunidade material, mas não formal, vez que esta é exclusiva dos congressistas.
- b) Os deputados estaduais poderão ser presos após a diplomação, mas não após a posse.
- c) O deputado que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, perderá o mandato automaticamente.
- d) O deputado investido no cargo de Secretário Municipal não estará sujeito à perda do mandato.

e) Se ocorrer vaga e não houver suplente, o cargo deverá permanecer vago até o final do mandato.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS

Marcos Girão

17. Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, as sanções aplicáveis ao funcionário são as seguintes, EXCETO:

- a) repreensão.
- b) destituição de função de confiança.
- c) suspensão.
- d) multa.
- e) demissão.

REGIMENTO INTERNO ALE-CE

Luiz Cláudio/Miguel Gerônimo

18. Em sessão deliberativa da ALECE, a fase de debates de proposições em fase de discussão ocorre após terminadas as votações ou se inexistir matéria a ser votada ou, ainda, se não houver quórum para deliberação. De acordo como Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Ceará, NÃO é correto afirmar

- a) Discussão é a fase dos trabalhos destinados ao debate em Plenário.
- b) A proposição, com discussão não ultimada, numa Sessão Legislativa, tê-la-á reaberta na seguinte.
- c) A discussão de proposição na Ordem do Dia exigirá inscrição prévia do orador perante a Mesa, no início da discussão ou durante os debates.
- d) O Deputado inscrito poderá ceder a outro, o tempo a que tiver direito.
- e) Apenas excepcionalmente, o Deputado poderá pedir a palavra quando houver orador na Tribuna.

19. O policiamento do Edifício do Poder Legislativo e das dependências externas da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará é realizado, ordinariamente, pela Corregedoria, e, se necessário, por elementos de corporações civis ou militares, postos à disposição da Mesa Diretora e chefiados por pessoa de sua designação. Sobre o Capítulo do Regimento referente à Polícia Interna da Assembleia Legislativa, é coreto afirmar:

- a) No recinto do Plenário e em outras dependências da Assembleia Legislativa, reservadas a critério da Mesa Diretora, somente são admitidos Deputados e funcionários da Secretaria, estes quando em serviço, além de assessores parlamentares e profissionais de comunicação, devidamente cadastrados, incluindo as pessoas do povo quando autorizado pelo 1º Secretário da Mesa Diretora.
- b) Há previsão, no âmbito do Plenário, de espaço reservado para que ex-Deputados assistam às sessões, podendo estes se manifestarem quando autorizado pelo Presidente da Assembleia Legislativa.
- c) Quando qualquer Deputado comete, dentro do Edifício da Assembleia, excesso que deva ser reprimido, é realizada sessão secreta especificamente convocada para que a Mesa Diretora possa relatar o fato, dando a oportunidade para que a Assembleia Legislativa delibere a respeito do acontecimento.
- d) Por representar o povo do Estado do Ceará, é permitido aos Deputados estaduais portarem armas nas dependências da Assembleia Legislativa para a sua proteção pessoal e das pessoas representadas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ALE-CE

Marcos Girão

20. Segundo a Resolução nº 698/2019, marque a alternativa incorreta:

- a) A Diretoria-Geral é órgão central de Direção da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com competência para planejar, coordenar, orientar, dirigir, autorizar licitações, despesas e pagamentos, além de controlar todas as atividades administrativas e legislativas, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora.

b) A Diretoria-Geral é constituída pelos seguintes órgãos: Diretoria Administrativa e Financeira; e Diretoria Legislativa.

c) A Diretoria Administrativa e Financeira é órgão técnico e tem, entre outras, a seguinte atribuição: realizar o assessoramento administrativo e financeiro à Diretoria-Geral.

d) A Coordenadoria de Comunicação Legislativa tem a atribuição de assessorar a Presidência na área de comunicação relativa ao processo legislativo, em conformidade com as diretrizes previamente por esta Resolução definidas.

e) À Diretoria Legislativa incumbe dirigir e coordenar a execução das atividades que digam respeito, somente, ao processo legislativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. Uma das teorias mais importantes do estudo da motivação é a de Skinner. Dentro do seu postulado, ele afirma que

- a) o reforço condiciona o comportamento e de que os indivíduos podem ser manipulados a se comportarem de certa maneira, de acordo com os estímulos aplicados a eles.
- b) classificou em uma hierarquia, desde as mais básicas, como as fisiológicas e de segurança, como as de nível superior (estima e autorrealização).
- c) divide os indivíduos em duas categorias: Tipo Y, para o qual o dispêndio de esforço para o trabalho é natural, e Tipo X, que precisa ser induzido para o trabalho.
- d) afirma que a equidade, ou seja, a percepção de que o que ganhamos está em linha com o que oferecemos em troca (e em relação aos outros) é um aspecto motivador.
- e) indica que a introdução de recompensas externas como pagamento para tarefas que seriam anteriormente gratificantes apenas pelo seu conteúdo tenderia a reduzir a motivação intrínseca para realizar a tarefa.

- 22.** Jurema reuniu sua equipe para uma reunião. Na reunião, recebeu diversas sugestões dos seus subordinados para implementar melhorias na empresa. Após o término, ele solicitou aos participantes que enviassem as sugestões por escrito através do e-mail corporativo. Essa comunicação se caracteriza por ser:
- Horizontal e formal.
 - Descendente e formal.
 - Ascendente e formal.
 - Descendente e informal.
 - Horizontal e informal.
- 23.** Uma das funções administrativas é a que diz respeito ao processo de organização, no bojo da qual se insere:
- A missão e a visão de futuro da empresa, que devem ser medidos e avaliados durante o período anual.
 - estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo e a verificação do correspondente cumprimento.
 - a avaliação sobre se os objetivos estão ou não sendo atingidos pela empresa. Através do monitoramento dos resultados e sua comparação com os resultados esperados ou planejados, podemos propor ações corretivas ou aprender com o que funcionou.
 - a função administrativa que se incumbe do agrupamento das atividades necessárias para atingir os objetivos da empresa.
 - é uma capacidade individual de colocar os documentos nos lugares certos, manter a mesa limpa e os e-mails em dia.
- 24.** No planejamento estratégico, a noção de destino desejado está associada ao conceito de
- Oportunidades e Pontos fortes.
 - Forças e Fraquezas.
 - Fraquezas e Ameaças.
 - Missão.
 - Visão.
- 25.** O que caracteriza uma estrutura divisional é:
- A operação de unidades de negócio praticamente autônomas, em cada uma está voltada para um negócio específico e com centros de custos próprios.
 - a combinação de formas de departamentalização funcional e de produto ou projeto na mesma estrutura organizacional.
 - a delegação de autoridade e responsabilidade às equipes, que se tornam autônomas e autossuficientes para decidir sobre seu trabalho.
 - d) que conjuga duas estruturas em uma só. Normalmente, é um somatório de uma estrutura funcional com outra estrutura horizontal, temporária, focada em projetos.
 - e) a constituição de uma equipe heterogênea de especialistas em diferentes áreas, que são deslocados de suas funções habituais para se dedicarem a uma tarefa específica.
- 26.** A evolução da área de Administração de Recursos Humanos passou por cinco fases, sendo que a última delas se iniciou em 1985 e permanece até hoje. Esta fase chama-se:
- contábil.
 - legal.
 - tecnicista.
 - estratégica.
 - administrativa.
- 27.** Existem diversas semelhanças entre as organizações públicas e as organizações privadas. Entretanto, também temos várias divergências entre as duas. As principais divergências são as seguintes, exceto:
- os cidadãos controlam o governo (por meio de seus representantes eleitos ou pelo controle social), já as empresas privadas são controladas pelo mercado.
 - a Administração Pública deve buscar o bem da sociedade, o interesse público. Já as empresas buscam a lucratividade e a maximização da riqueza dos seus acionistas.
 - Os gestores públicos costumam ter mais agilidade nos processos de compra e gestão de recursos humanos. Já os gestores privados estão mais engessados pelos seus estatutos internos.
 - a Administração Pública deve seguir os seus princípios constitucionais (LIMPE), mas a gestão privada não tem esta necessidade (ou tem em diferente grau).
 - as empresas devem suas receitas aos seus clientes. Já os governos têm os tributos como fonte principal de receita.
- 28.** A reforma administrativa que é conhecida como o “retrocesso burocrático” ocorreu com:
- a reforma dos anos 30, de Getúlio Vargas.
 - A reforma do governo Collor, de corte neoliberal.
 - A reforma dos anos 90, do PDRAE.
 - A reforma ocorrida com a Constituição Federal de 1988.
 - A reforma do DL/200, ocorrida no governo militar.

29. A Secretaria Municipal de Tatuzão decidiu construir uma escola em um bairro da cidade, com orçamento de 10 milhões de reais e prazo de 2 anos. Depois de 2 anos, o prazo estimado das obras, a escola foi entregue a população, mas com um custo de 12 milhões. Diante deste cenário, entende-se que a atuação da secretaria foi:

- a) eficiente, dado que usou bem seus recursos originalmente disponíveis, mas ineficaz.
- b) efetivo, na medida em que atingiu seus objetivos, ainda que com relação inadequada entre os insumos e o produto final.
- c) eficiente e eficaz, na medida em que cumpriu as entregas, falhando apenas no quesito economicidade.
- d) eficaz, na medida em que entregou a obra.
- e) ineficiente, na medida em que usou adequadamente os recursos financeiros disponíveis.

30. O nome Gestão de Pessoas indica que o antigo paradigma do setor não mais se aplica atualmente. Esta visão tradicional via os funcionários como:

- a) recursos.
- b) ativos estratégicos.
- c) parceiros.
- d) sócios.
- e) líderes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Determinado ente público estadual deflagrou procedimento licitatório entre interessados cadastrados que ofertarem o menor preço, permitindo-se, ainda, a participação daqueles que atendam às condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. É correto afirmar que foi realizada licitação na modalidade:

- a) concorrência.
- b) tomada de preços.
- c) menor preço.
- d) convite.
- e) técnica e preço.

32. Considerando o regramento contido na Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o ato de improbidade administrativa causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao respectivo Tribunal de Contas, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente estará sujeito às cominações desta lei independentemente do valor da herança.
- c) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- d) No caso de enriquecimento ilícito, não perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio em razão da proteção ao ato jurídico perfeito.
- e) Ocorrendo lesão ao patrimônio público, desde que por ação dolosa do agente ou de terceiro, se dará o integral ressarcimento do dano.

33. Segundo a regulamentação da Lei 8.429/1992, trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública:

- a) permitir a realização de despesas não autorizadas em lei.
- b) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- c) frustrar a licitude de procedimento licitatório.
- d) facilitar a aquisição de bem por preço superior ao de mercado.
- e) conceder benefício administrativo sem a observância das formalidades legais.

34. Situação hipotética: Determinado prefeito de município cearense, com período de gestão entre 2017 e 2020, deixou de cumprir exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Nesta situação, é correto afirmar que:

- a) o agente público poderá sofrer as sanções da lei de improbidade após regular procedimento administrativo em que lhe seja assegurado os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- b) o prazo prescricional a que se sujeita a pretensão relacionada ao ato de improbidade é de cinco anos após a mencionada irregularidade.
- c) a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade depende, necessariamente, do oferecimento da ação pelo Ministério Público.
- d) a ação por improbidade admite a celebração de acordo de não persecução cível.
- e) o prefeito está sujeito à cassação de seus direitos políticos.

35. Consoante dispõe expressamente a Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação para contratação relativa à(ao):

- a) aquisição de gêneros junto a fornecedor exclusivo.
- b) prestação de determinados serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- c) dação em pagamento de bens imóveis.
- d) remanescente de serviço, decorrente de rescisão contratual, atendidos os pressupostos legais.
- e) intervenção municipal no domínio econômico para normalizar o abastecimento.

36. Segundo prevê a Lei 8.666/1993, a critério da autoridade competente, poderá ser exigida garantia de execução contratual

- a) apenas nos contratos de obras públicas.
- b) desde que não exceda a quinze por cento do valor do contrato.
- c) a qual será liberada ou restituída antes do início da execução do contrato.
- d) cuja modalidade será escolhida pela autoridade competente em matéria de licitação e contratos.

e) cuja substituição não pode se dar mediante alteração unilateral.

37. O concurso, enquanto modalidade licitatória, destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de

- a) 5 dias úteis.
- b) 8 dias úteis.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

38. A Constituição Federal considera estáveis os servidores

- a) efetivos, nomeados em virtude de concurso público, após 3 anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho.
- b) e empregados efetivos, nomeados em virtude de concurso público, após 3 anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho.
- c) em comissão, nomeados em virtude de concurso público, após 3 anos de efetivo exercício.
- d) efetivos, nomeados em virtude de concurso público de títulos, após 2 anos de efetivo exercício.
- e) efetivos, nomeados em virtude de concurso público, após 2 anos de efetivo exercício e avaliação especial de desempenho.

- 39.** No que se refere ao desfazimento de atos administrativos, é correto asseverar que
- a) a anulação decorre da constatação de que o ato não atende ao interesse público.
 - b) a revogação enseja o desfazimento do ato com efeitos ex tunc.
 - c) o controle judicial dos atos não ocorre sobre atos discricionários.
 - d) o controle administrativo dos atos administrativos prescinde de provocação.
 - e) a cassação ocorre quando surge norma jurídica que torna inadmissível situação anterior, na qual foi praticado o ato administrativo.
- 40.** Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que o prazo máximo de restrição de acesso para documentos classificados como ultrassecretos é de:
- a) cinco anos, podendo o respectivo ato classificatório ser praticado por titular de autarquia.
 - b) quinze anos, podendo o respectivo ato classificatório ser praticado por autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5 ou superior.
 - c) vinte e cinco anos, podendo o respectivo ato classificatório ser praticado por titular de autarquia.
 - d) vinte e cinco anos, podendo o respectivo ato classificatório ser praticado por Ministro de Estado.
 - e) trinta e cinco anos, devendo o respectivo ato classificatório ser praticado pelo Presidente da República.
- 41.** Considerando as disposições da Lei federal 9.784/1999, é correto afirmar que o recurso administrativo
- a) somente pode ser interposto por aqueles que forem parte no processo.
 - b) deve ser interposto no prazo de 30 dias, em regra.
 - c) deixará de ser conhecido após exaurida a esfera administrativa.
 - d) deixará de ser conhecido caso seja interposto perante órgão competente.
 - e) poderá ser interposto exclusivamente em face de razões de legalidade.
- 42.** Um órgão administrativo poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos
- a) desde que sejam hierarquicamente subordinados ao delegante.
 - b) em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
 - c) mesmo se disser respeito à edição de atos de caráter normativo.
 - d) ainda que se refiram à decisão de recursos administrativos.
 - e) ainda que consistam em matérias de sua competência exclusiva.
- 43.** Considerando o regramento previsto na Lei federal 9.784/1999, considera-se impedido de atuar em processo administrativo o servidor:
- a) que tenha amizade íntima com algum dos interessados no processo.
 - b) que possua interesse indireto na matéria discutida no processo.
 - c) que tenha inimizade notória com algum dos interessados no processo.
 - d) cujo parente de 4º grau tenha atuado como perito naquele mesmo processo.
 - e) que não possua amizade íntima ou inimizade notória com o interessado no processo.
- 44.** O Assembleia Legislativa do Ceará aprovou lei específica que autorizou a criação de entidade pertencente à administração indireta do Estado, caracterizada como sendo um patrimônio personificado. Nesse sentido, é correto afirmar que trata-se de uma
- a) autarquia.
 - b) empresa pública.
 - c) sociedade e economia mista.
 - d) fundação pública.
 - e) entidade paraestatal.

45. É característica dos órgãos públicos:

- a) personalidade jurídica própria.
- b) possibilidade de ser parte em processo judicial, como regra.
- c) a possibilidade de possuir patrimônio próprio.
- d) impossibilidade de celebração de contrato de gestão.
- e) a possibilidade de se subordinar juridicamente a outro órgão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

46. Determinada empresa fornecedora de medicamentos para o sistema público de saúde tomou conhecimento de que seu cadastro junto à Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Ceará continha diversas incorreções. Assim, visando sanar o erro apontado, o dirigente da entidade decide acionar seu departamento jurídico e ajuizar habeas data, o que, de acordo com a Constituição Federal:

- a) É incabível, uma vez que sequer tentou-se obter a retificação dos dados mencionados pela via administrativa.
- b) É inadequado, visto que deverá ser utilizado, em primeiro lugar, processo judicial ou administrativo sigiloso.
- c) Não é a medida adequada, considerando que o habeas data somente pode ser utilizado por pessoas físicas para o conhecimento de informações de caráter pessoal.
- d) É perfeitamente possível, embora não fosse necessário acionar o departamento jurídico da empresa para o ajuizamento de ação gratuita que dispensa advogado.
- e) Somente será possível caso reste demonstrado que a retificação dos dados requeridos é necessária à defesa de interesse particular.

47. Durante a exibição de um programa de jornalismo em TV aberta foi revelado, sem especificar a fonte da informação, que uma empresa fabricante de acessórios pet incluía em seus produtos diversas substâncias tóxicas, em desrespeito às normas legais vigentes. A empresa, ciente da falsidade dos dados divulgados, decidiu mover uma ação judicial contra a emissora, alegando ter sofrido prejuízos de ordem moral e

material em razão do ocorrido. A esse respeito, é possível afirmar que:

- a) Em respeito à liberdade de expressão, não se vislumbra a possibilidade de contestar o conteúdo da matéria jornalística, uma vez que é resguardado o sigilo da fonte dos dados divulgados.
- b) A empresa poderá exercer o direito de resposta, proporcional ao agravo, mas, caso decida fazê-lo, estará automaticamente renunciando às indenizações moral ou material eventualmente devidas.
- c) À empresa é garantido o direito de resposta, o que não exclui a possibilidade de pleitear, judicialmente, o ressarcimento pelos danos morais e materiais sofridos.
- d) A empresa não poderá, na qualidade de pessoa jurídica, exigir a condenação da emissora por danos morais, mas apenas materiais.
- e) A emissora deverá ressarcir a empresa pelos danos sofridos, além de responder pela omissão da fonte das informações trazidas a público, já que a Constituição veda o anonimato.

48. Um grupo de estudantes reuniu-se espontaneamente, em frente a um campus universitário, a fim de protestar contra a má qualidade do ensino que vinha sendo ministrado pela instituição. Os manifestantes acabaram bloqueando o tráfego de veículos na grande avenida em que se encontravam, o que provocou a intervenção do Poder Público para restabelecer o fluxo de automóveis no local. De acordo com a Constituição Federal, é correto dizer que a medida tomada pela administração:

- a) É inadmissível, por impossibilitar o exercício de liberdade constitucional garantida em norma de eficácia plena e, portanto, irrestringível.
- b) É razoável, já que a espontaneidade da reunião, dispensando a autorização do Poder Público, é vedada pela Constituição.
- c) É inconstitucional, tendo em vista que a manifestação ocorreu em local aberto ao público e, verificada a finalidade pacífica do evento, a atuação da administração revela-se excessiva.
- d) O direito de reunião, por consistir em ferramenta a serviço da liberdade de expressão, não pode sofrer interferência do Poder Público.
- e) A intervenção das autoridades, nesse caso, é plenamente legítima, traduzindo-se em verdadeiro dever de garantia à ordem e à paz sociais.

49. Suponha que O Congresso Nacional tenha editado decreto legislativo, fixando o subsídio dos deputados e senadores em patamar idêntico ao estabelecido para os ministros do STF. Semanas depois, a Câmara dos Deputados, por meio de resolução, decide alterar a remuneração dos servidores da respectiva Casa. Pode-se afirmar, à luz dos mandamentos constitucionais, que:

- a) Os dois atos normativos são válidos, considerando que foram produzidos em consonância com o conjunto de competências privativas de que dispõem os órgãos mencionados.
- b) Não há irregularidade no que diz respeito ao decreto legislativo, mas a remuneração dos servidores da Câmara não poderia ter sido fixada por meio de resolução.
- c) O decreto legislativo é inconstitucional, por invasão de competência privativa atribuída a cada uma das Casas que o compõem.
- d) Os dois diplomas são inválidos, uma vez que tanto o Congresso quanto cada uma das duas Casas Legislativas são detentoras apenas de iniciativa de lei, no que concerne às remunerações no âmbito do respectivo Poder.
- e) A elevação do valor dos subsídios dos parlamentares ao patamar dos subsídios dos Ministros do STF é expressamente vedada pela Constituição.

50. Stênio abusou das prerrogativas que lhe foram constitucionalmente conferidas pela Constituição, na qualidade de senador da República. Afrânio, deputado estadual, sofreu condenação criminal em sentença transitada em julgado. Uma possível consequência dos atos praticados pelos dois parlamentares é a descrita em:

- a) A declaração da perda dos mandatos pelas mesas das respectivas Casas Legislativas.
- b) A cassação do mandato de Afrânio e a suspensão do mandato de Stênio.
- c) A condenação de Stênio por crime de responsabilidade, após julgamento perante o Senado Federal, e a cassação do mandato de Afrânio.
- d) A extinção do mandato de Stênio, sendo a sanção aplicável a Afrânio dependente de regulamentação na Constituição de seu Estado.
- e) A cassação dos dois mandatos, por decisão da maioria absoluta dos membros das respectivas Casas Legislativas.

51. Suponha que o Poder Executivo tenha solicitado ao Congresso Nacional autorização para editar ato normativo com força de lei, disciplinando matéria reservada à lei complementar. O Congresso, então, expede decreto legislativo, delimitando os termos do exercício da delegação legislativa empreendida. Assim, O Poder Executivo elabora o projeto versando sobre o tema, promulgando-o e publicando-o em seguida. É possível afirmar que, em relação ao procedimento anteriormente descrito:

- a) Embora devesse ter sido efetivado por meio de resolução, e não de decreto legislativo, o ato normativo seria válido caso o projeto tivesse sido previamente apreciado pelo Congresso, em votação única.
- b) Está de acordo com o que determina a Constituição para a edição de leis delegadas, em que a participação do Poder Legislativo se encerra no ato de delegação.
- c) Embora não haja impedimento ao tratamento de quaisquer matérias por meio de lei delegada, o projeto deveria ter sido submetido à apreciação do Legislativo, que poderia emendá-lo ou, ainda, rejeitá-lo.
- d) Caso o Poder Executivo exorbite dos limites da delegação para o exercício de atribuições tipicamente legislativas, o Senado poderá sustar o ato normativo resultante.
- e) Extrapola os limites materiais da delegação pretendida, sendo o decreto legislativo, além do mais, instrumento inidôneo para sua efetivação.

52. Lício, Governador do Estado do Ceará, dois meses após a posse no cargo, praticou ato tipificado na Constituição do Estado como crime de responsabilidade, tendo sido julgado e condenado pelo Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, é possível concluir que:

- a) O julgamento de Lício terá sido válido caso tenha sido proferido juízo positivo de admissibilidade pela Assembleia Legislativa, autorizando o processamento do chefe do Poder Executivo.
- b) Lício, em virtude da imunidade formal de que dispõe, somente poderia ser processado após o encerramento do mandato.
- c) Ainda que seja correta a definição dos crimes de responsabilidade pela Constituição Estadual, o STJ não possui competência para o julgamento do Governador em crimes de responsabilidade.
- d) Os dispositivos da Constituição Estadual, definindo os crimes de responsabilidade do Governador, devem ser declarados inconstitucionais; já o julgamento perante o STJ deverá ser anulado.
- e) O governador, ao contrário do Presidente da República, não dispõe de nenhuma das imunidades a este aplicáveis, tampouco de foro especial perante o STJ.

53. Tarso, Ministro da Educação, praticou crime de responsabilidade, sem qualquer envolvimento do Presidente da República. Judair, Ministro da Agricultura, praticou ato ilegal e contra ele foi ajuizado mandado de segurança. Segundo o que determina a Constituição Federal, o julgamento das ações mencionadas caberá, respectivamente:

- a) Ao Senado Federal e ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Ao Supremo Tribunal Federal, nos dois casos.
- c) Ao Superior Tribunal de Justiça, nos dois casos.
- d) Ao Senado Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) Ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

54. Décio, advogado de 31 anos de idade, deseja ser nomeado para chefiar o Ministério Público da União ou algum Ministério Público Estadual, mas não gostaria de se submeter à sabatina do Poder Legislativo. De acordo com o que determina a Constituição Federal, Décio:

- a) Poderá ser nomeado para chefiar o MPE, apenas, já que somente o MPU exige a participação do Poder Legislativo na escolha de seu Procurador-Geral.
- b) Poderá ser escolhido para chefiar qualquer uma das instituições mencionadas, já que somente para a destituição dos cargos almejados se exige a sabatina do Poder Legislativo.
- c) Não poderá chefiar nenhuma das instituições citadas, já que não integra a carreira de nenhuma delas.
- d) Poderá ser nomeado para chefiar o MPE, apenas, uma vez que o Procurador-Geral da República deverá, obrigatoriamente, contar com mais de 35 anos.
- e) Deverá aguardar completar 35 anos de idade para ocupar qualquer uma das funções pretendidas e, ainda assim, caso seja nomeado, poderá ser reconduzido ao cargo apenas uma vez.

55. O governador do Estado do Ceará, em virtude de falhas verificadas na prestação dos serviços locais de gás canalizado, decidiu regulamentar o tema em caráter de urgência, por meio da edição de medida provisória. Além disso, instituiu o regime de concessão para a execução do serviço, que passaria a ser realizado por empresas privadas. No tocante às medidas adotadas pelo governo estadual, pode-se afirmar que:

- a) O serviço jamais poderia ser explorado mediante concessão, devendo ser prestado diretamente pelo Estado.
- b) Como se trata de serviços locais, a competência para sua exploração é do município, e não dos estados.
- c) Embora o Estado do Ceará detenha competência para disciplinar e explorar o serviço, inclusive mediante concessão, a edição da referida medida provisória é inconstitucional.
- d) As medidas adotadas desde que estejam adequadas à lei de normas gerais da União, são plenamente válidas.
- e) Caracterizada a situação de urgência na regulamentação da matéria, não há que se falar em inconstitucionalidade da medida provisória editada pelo governador.

56. A EC 103/19 trouxe diversas alterações relativas ao sistema previdenciário dos servidores públicos. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Atualmente, veda-se a criação de novos Regimes Próprios de Previdência Social, em qualquer ente da Federação.
- b) Os detentores de mandatos eletivos, inclusive os que se encontram afastados dos cargos públicos que antes ocupavam, deverão aderir ao Regime Geral de Previdência Social.
- c) Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão deverão contribuir com o Regime Geral de Previdência Social.
- d) Os servidores temporários não ocupam cargo ou emprego público, mas sujeitam-se ao Regime Geral de Previdência Social.
- e) Aos empregados públicos e aos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão não se aplica a regra da aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade.

57. Nadira é empregada doméstica e Najara é servidora de autarquia federal. Ambas possuem dependentes de baixa renda e trabalham no período noturno. Além disso, pretendem exigir de seus empregadores o depósito do Fundo de garantia por Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) Ambas possuem direito ao adicional noturno e ao FGTS.
- b) Apenas Nadira poderá contar com o depósito do FGTS, mas ambas fazem jus ao adicional noturno.
- c) Somente Najara poderá pleitear o salário-família e o adicional noturno.
- d) Ambas poderão requerer o salário-família e o FGTS.
- e) Nenhuma das duas poderá requerer o adicional noturno ou o depósito do FGTS.

58. Assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que configura uma hipótese de perda ou suspensão de direitos políticos:

- a) Condenação por improbidade administrativa.
- b) Reconhecimento, ao brasileiro nato ou naturalizado, de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- c) A perda da nacionalidade pelo brasileiro nato que praticar atividade nociva ao interesse nacional.
- d) Alegação de escusa de consciência, quando inexistente lei fixando prestação alternativa àquela imposta pela lei.
- e) Incapacidade civil.

59. Suponha que o governador do Estado X tenha apresentado ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional alterando o modelo de repartição de competências entres os entes federativos. Após regular deliberação nas duas Casas, o documento seguiu para sanção presencial, sendo finalmente promulgado pelas Mesas da Câmara e do Senado e, posteriormente, publicada no Diário Oficial. Segundo o procedimento descrito na Carta Maior, a tramitação do projeto e a emenda dele resultante:

- a) Violam cláusula pétrea inscrita no texto constitucional.
- b) Seguiram fielmente as regras previstas na Constituição para a modificação de seu texto.
- c) Contêm vício material e de iniciativa, devendo a emenda ser declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário.
- d) Ferem claramente o trâmite descrito na Constituição, uma vez que não cabe ao Presidente da República vetar ou sancionar o projeto.
- e) Em virtude da evidente inconstitucionalidade da proposta, esta não poderá ser reapresentada dentro da mesma legislatura.

60. Firmênia, cidadã norueguesa, mudou-se para o Brasil há 12 anos. Ao apresentar requerimento de naturalização ao órgão competente, teve seu pleito recusado por não atender aos requisitos legais para sua obtenção. De acordo com a Constituição da República, a resposta obtida por Firmênia está:

- a) Correta, já que a concessão da naturalização é decisão discricionária do Poder Público, em respeito à soberania nacional.
- b) Correta, visto que apenas a naturalização ordinária constitui direito subjetivo do indivíduo que cumprir os requisitos para sua aquisição.
- c) Correta, já que Firmênia reside há menos de 15 anos no Brasil.
- d) Equivocada, já que a concessão da naturalização extraordinária independente de juízo de discricionariedade por parte da administração.
- e) Injustificável, desde que Firmênia tenha comprovado a ausência de condenação penal.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

61. De acordo com a CF/88, assinale alternativa errada:

- a) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, que constituem o conjunto legislativo principal de instrumentalização do orçamento, sendo todos de vigência distinta, embora coordenadas entre si.
- b) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, regionalizadamente, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, vinculando-se a ela a LDO e a LOA.
- c) A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro sucessivo ao seguinte, e orientará a elaboração da LOA.
- d) A LDO disporá sobre as alterações na legislação sobre tributação e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais que fomentam a atividade econômica.
- e) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

62. Segundo a LRF, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a criação, previsão e efetiva auferição de todos os tributos da competência constitucional do ente federativo;
- b) Não é permitida a realização de transferências voluntárias para a entidade federativa que não observe o disposto no item anterior, no que se refere aos impostos.
- c) As previsões de receita deverão atender às normas técnicas e previstas em lei, considerarão as consequências das alterações na legislação, da mudança do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator importante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução no último triênio, da

projeção para biênio seguinte àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

- d) Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- e) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no máximo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

63. De acordo com a LRF, marque alternativa correta.

- a) A lei orçamentária anual disporá sobre equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) A lei de diretrizes disporá sobre critérios e forma de liquidação de empenho;
- c) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- d) A lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre demais condições e exigências para cobrança de recursos a entidades públicas e privadas;
- e) a LDO conterà reserva de contingência, em que definirá a forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida.

64. De acordo com a Constituição assinale alternativa errada:

- a) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos de PPA, LDO e LOA e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.
- c) As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
- d) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, exceto quando se destinar de modo urgente a suprir programas sociais destinado ao combate à desigualdade social.
- e) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas.

65. De acordo com a Lei 4.320, assinale alternativa errada:

- a) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) Integrarão a Lei de Orçamento o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo, quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação e quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- c) A Lei de Orçamentos compreenderá inclusive as receitas de operações de crédito autorizadas em decreto de remanejamento de recursos, na hipótese de insuficiência de recursos destinados a suprir programas de política social.
- d) Acompanharão a Lei de Orçamento os quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais, quadros demonstrativos da despesa e quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do

Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

- e) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

66. De acordo com a CF/88, assinale a incorreta:

- a) é vedada a concessão ou utilização de créditos limitados;
- b) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos extraordinário e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita;
- c) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa;
- d) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daquele s em andamento;
- e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

67. De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

68. De acordo com a LRF, assinale alternativa errada:

- a) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- b) Considera-se adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- c) A exigência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias constitui condição prévia para desapropriação de imóveis rurais.

- d) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Considera-se compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

69. De acordo com a LRF, assinale alternativa errada:

- a) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- b) os requisitos da LRF aplicados à seguridade social alberga os benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.
- c) Não se dispensa da compensação relativa a despesas obrigatórias de caráter continuado o reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.
- d) É dispensada da compensação relativa a despesas obrigatórias de caráter continuado o aumento de despesa decorrente de expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados da seguridade social.
- e) No tocante as regras para seguridade social, é dispensada da compensação relativa a despesas obrigatórias de caráter continuado o aumento de despesa decorrente de concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente.

70. De acordo com a Lei 4.320/64, assinale alternativa errada:

- a) Consideram-se subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- b) Consideram-se subvenções as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- c) Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- d) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- e) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Prova Discursiva

Carlos Roberto

Corrupção - uma questão cultural ou falta de controle?

Suborno, propina, carteirada, “rouba, mas faz”. Casos como Mensalão e Operação Lava Jato estampando manchetes de jornal. Quem já não escutou alguém dizer que no Brasil a corrupção é algo natural? Muito se fala que ela faz parte de quem somos. No entanto, a corrupção é fenômeno inerente a qualquer forma de governo, seja democrático ou despótico, em países ricos ou em desenvolvimento. Então o que nos faz acreditar que a prática é uma característica brasileira, parte do modo de viver que nós chamamos de “jeitinho brasileiro”?

Bem, primeiro vamos entender o que é corrupção. A palavra corrupção vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. Na república romana, ela se referia à corrupção de costumes. No mundo contemporâneo, sua prática pode ser definida como utilização do poder, cargo público ou autoridade – também chamada de tráfico de influência - para obter vantagens e fazer uso do dinheiro público ilegalmente em benefício próprio ou de pessoas próximas.

[...]

Para muitos, a corrupção é um fator moral e cultural. Como descreveu o antropólogo Sérgio Buarque Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1936), o brasileiro (segundo ele, um indivíduo cordial, que pensa com a emoção) teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, o que se refletiria nas suas relações com outros indivíduos, instituições, leis e a política.

Esse comportamento explicaria a origem, mais tarde, do “jeitinho brasileiro”. Nessa predisposição à informalidade, entre o que pode e o que não pode por meios legais, a malandragem, o “jeitinho” e frases como “você sabe com quem está falando?”, como cita Roberto DaMatta, surgem como formas de se obter vantagens e burlar regras seja no âmbito do poder seja nas nossas relações do dia a dia.

Disponível em: www.vestibular.uol.br/atualidades Acesso em 09 de junho de 2020. Texto original escrito por Andreia Martins. (Adaptado).

Corrupção - uma doença social

Sair às ruas para protestar contra a corrupção tem sido um ato cada vez mais comum. Claro, a corrupção está aí, corrompendo nossas instituições, “surrupindo” o dinheiro dos nossos impostos, dizimando o pouco de esperança que resta em uma população “honesta”, que honra com seus mais profundos preceitos éticos, códigos morais e que educa seus descendentes pelo exemplo...

A corrupção é uma praga realmente, um mal que precisa ser combatido. Mas vejamos só... Pensando no antídoto...

A corrupção é uma síndrome que se manifesta apenas em políticos e administradores de grandes construtoras? É uma doença transmitida por algum inseto? Um inseto que escolhe quem picar? Ela é genética, é transmitida de uma geração para outra? Ela foi importada de outro país ou quem sabe de outro planeta?

Não, claro que não! A corrupção nasce em nossas casas, todos os dias. Está presente dentro do nosso mais profundo ser, enraizada em velhos e novos hábitos. Ela se perpetua como uma praga, age como o mais potente vírus, pois é capaz de se reinventar a uma velocidade incalculável. Parece muitas vezes invisível, mas ataca todas as raças e classes sociais. O período de incubação é variável, em alguns casos pode nunca se manifestar. Mas quem padece deste mal nega sempre que está doente...

A corrupção está presente em nossas casas, nas ligações irregulares de água, na TV a cabo pirata, nos filmes baixados por *torrent*, na versão “beta” do Windows e de todo o pacote Office, na árvore cortada sem autorização, no valor do imóvel subestimado, no imposto de renda parcial.

A corrupção está presente nas ruas, no desrespeito às vagas preferenciais, no suborno ao guarda, no bem achado e não devolvido, no troco errado não relatado...

A corrupção está presente nas escolas, nas provas coladas, nos trabalhos plagiados, nas respostas compradas, no livro “xerocado”...

Ela está presente nas empresas, nos impostos omitidos, no “por fora” do trabalhador, na contratação informal, nos favorecimentos contratuais, na nota fria...

E não podia ser diferente, ela está presente nos órgãos públicos, nas licitações direcionadas, nas decisões políticas onerosas, nas indicações pessoais...

A ocasião e a oportunidade fazem o corrupto, se a corrupção vem de berço, o político é mero retrato de uma sociedade corrupta. Ele não é a causa dos problemas, mas a consequência de uma epidemia de doentes morais, de cegos éticos, que fecham os olhos para os pequenos atos de corrupção do dia a dia.

Por isso, protestar é um direito, mas não praticar atos de corrupção é mais do que uma obrigação."

ZSCHORNACK, Thiago. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/corruptao-uma-doenca-social.htm>. Acesso em 09 de junho de 2020.

Considerando os textos acima como meramente motivadores, redija um dissertativo sobre:

CORRUPÇÃO: PROBLEMA SOCIAL A SER COMBATIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL

No seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) corrupção como um problema social; [valor: 14,00 pontos]
- b) males provocados à sociedade; [valor: 14,00 pontos]
- c) papel do cidadão no combate à corrupção. [valor: 14,00 pontos]



Estratégia

Concursos

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-ALE-CE-27-06>

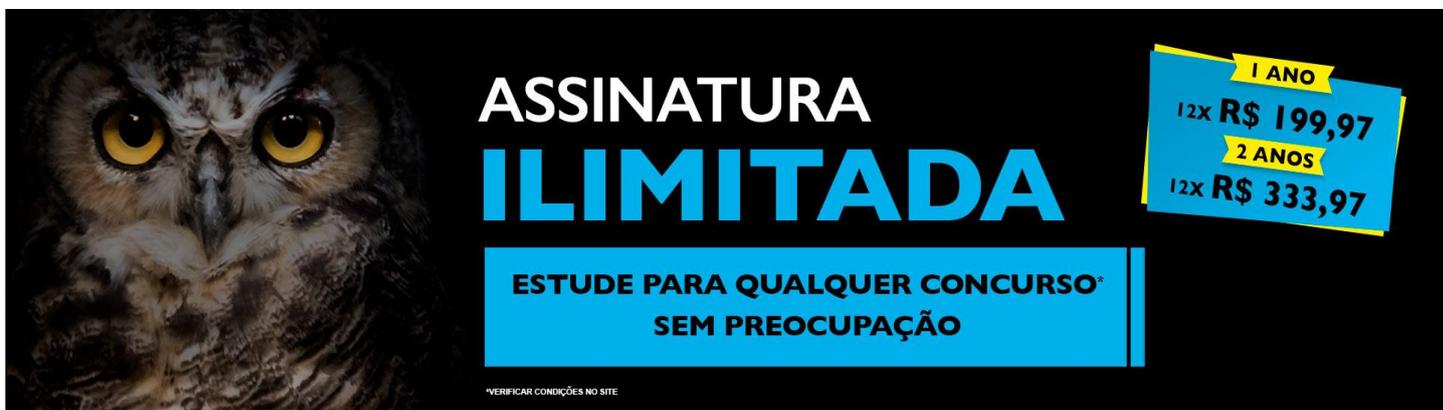
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE